

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.765.574 - SP (2017/0242170-6)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO**  
**ADVOGADO : ROBERTO QUIROGA MOSQUERA - SP083755**  
**ADVOGADOS : GLÁUCIA MARIA LAULETTA FRASCINO E OUTRO(S) - SP113570**  
**MARCOS JOAQUIM GONÇALVES ALVES - SP146961**  
**FLÁVIO MIFANO - SP193810**  
**GABRIELA SILVA DE LEMOS - SP208452**  
**PAULO CAMARGO TEDESCO - SP234916**  
**ARIANE COSTA GUIMARÃES E OUTRO(S) - DF029766**  
**THIAGO CORRÊA VASQUES - SP270914**  
**ARMANDO BELLINI SCARPELLI - SP256826**  
**TAMIRIS CRISTINA MUTRAN CORDEIRO - SP315675**  
**EDUARDO FERREIRA GIAQUINTO - SP318577**  
**LUIZ ANTONIO MONTEIRO JUNIOR - SP314843**  
**AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADORES : AYLTON MARCELO BARBOSA DA SILVA - SP127145**  
**HÉLIO JOSÉ MARSIGLIA JUNIOR E OUTRO(S) - SP138661**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL. DESNECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 283/STF.

1. Não procede a suscitada contrariedade ao art. 535, II, do CPC/1973, tendo em vista que o Tribunal de origem decidiu, fundamentadamente, as questões essenciais à solução da controvérsia, concluindo de forma contrária à defendida pela parte recorrente, o que não configura omissão nem outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.
2. A agravante não impugnou o fundamento adotado pelo acórdão combatido segundo o qual a Fazenda Pública não trouxe aos autos nenhum documento novo, e que a documentação trazida aos autos pela própria autora era suficiente à solução da controvérsia, não havendo se falar em cerceamento de defesa, seja pela ausência de intimação para contraditar a contestação, seja pela desnecessidade da prova pericial em seus próprios documentos. Incidência da Súmula 283/STF, em razão da inobservância do princípio da dialeticidade.
3. Agravo interno a que se nega provimento.

## **ACÓRDÃO**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília, 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes  
Relator

